WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 29 | R$ 1,50 | RMVALE, SEXTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2022 | N.º 4.109

Após acidente grave, trabalhadores da Gerdau fazem nova paralisação

Paralisação de três hora em protesto às condições de trabalho reuniu sindicalistas e trabalhadores

Bruna Silva
Pindamonhangaba

Os funcionários da Gerdau, em Pindamonhangaba, realizaram uma paralisação na manhã desta quarta-feira (3). O protesto foi aprovado pelos trabalhadores, em assembleia, após um grave acidente ocorrer nas dependências da fábrica.

De acordo com relato do Sindmetp (Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, Moreira César e Roseira), um cilindro de ar, de cinco metros de altura e alta pressão que abastece a prensa do setor de forjaria estourou. Com a explosão portas foram arrebentadas, assim como maquinários e o telhado da empresa. Até mesmo um carro que estava no estacionamento sofreu danos com os destroços. Apesar da destruição, ninguém se feriu. Por outro lado, o local é de grande movimentação de trabalhadores. Ainda de acordo com a categoria, minutos antes do incidente, diversas pessoas estavam no local.

"Foi um milagre. Estourou justamente no melhor momento possível. Por mais que tenham testes anuais, como um cilindro perigoso está há quarenta anos funcionando do mesmo jeito, com a mesma estrutura? Alguns trabalhadores relataram que os cilindros já estavam apresentando uma vibração diferente. Cobramos uma investigação rigorosa a respeito", afirmou o presidente do sindicato, André Oliveira.

Até o fechamento desta matéria, a administração da empresa não se comunicou oficialmente com a categoria. Mas a hipótese levantada sobre a causa do acidente é que os parafusos que seguram a base do cilindro teriam se soltado e a queda causou o vazamento. O sindicato destacou ainda que tem cobrado a empresa sobre meios de segurança, como a validade do cilindro, além do porque ele não possui válvula de escape.

O protesto cobrou ainda o pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade aos trabalhadores do setor atingido pela explosão.

Reunião do prefeito Isael Domingues com representantes da Sabesp com foco em maior atendimento; empresa anuncia investimentos

Após recuperação econômica, Cachoeira comemora R$ 5 milhões no Finisa e avança para nova estação

Prefeitura passa a contar com crédito junto à Caixa e aguarda SPU para recuperação de prédio histórico com R$ 18 milhões

Andréa Moroni
Cachoeira Paulista

Depois de assumir a Prefeitura de Cachoeira Paulista com a "herança" de uma dívida de quase R$ 93 milhões da administração anterior, o prefeito Antônio Carlos Mineiro (MDB) começou a colher os frutos do saneamento das contas públicas. Nesta semana, ele comemorou a informação de que o Município possui crédito junto à Caixa Econômica Federal por meio do Finisa. Outra boa notícia é a aceleração do processo de recuperação da Estação Ferroviária, em projeto de R$ 18 milhões.

O crédito com a Caixa, em R$ 5 milhões, se refere a valor disponível por meio do Finisa (Financiamento à Infraestrutura e Saneamento). O montante pode ser utilizado para obras de infraestrutura como pavimentação de ruas e avenidas. "Essa é uma novidade para Cachoeira Paulista, ter um crédito desse, que tem juros muito baixos, com carência de 24 meses para pagar. Nós temos agora esse crédito, mas no momento ainda não vamos entregar projeto para utilizar o dinheiro", destacou Mineiro, que mantém obras de recuperação de vias por meio de convênios com o Governo do Estado.

Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista, que passará por reforma de R$ 17 milhões; saindo do papel

Estação – Já o projeto para restauração do prédio da Estação Ferroviária conseguiu avançar na cidade.

O superintendente do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão da SPU (Superintendência de Patrimônio da União Sérgio Matos) e os engenheiros Ulisses Terra e Alexandre Gontscharow estiveram na cidade, no mês passado, para acertar os detalhes da liberação de R$ 3 milhões para o projeto e R$ 15 milhões para a obra.

A expectativa do prefeito é de que até setembro o edital de licitação seja liberado. "Nós temos conversado muito com o pessoal de Brasília e a licitação será feita pela União. Temos reunião, no dia 17 de agosto, para tratar do projeto. Nós vamos começar o restauro primeiro na torre central e nas torres laterais. Nossa intenção é transformar o local em espaços público e cultural", contou.

O chefe do Executivo aguarda uma nova reunião junto à SPU pata obter o parecer favorável ao início da execução do projeto no entorno do monumento.

Além de explorar o potencial cultural e turístico do monumento, o atual projeto visa criar pontos comerciais e, até mesmo, transferir serviços da administração pública, como o gabinete do prefeito e outras pastas, para o prédio.

O Município busca parcerias privadas para a finalidade comercial da Estação.

Hospital Frei Galvão encerra contrato por serviços do Pronto Socorro infantil em Guará

Administração justifica fechamento de unidade por desacordo com a Prefeitura; decisão é tomada praticamente uma semana após o PS Adulto deixar o complexo hospitalar para implantação na UPA

Da Redação Guaratinguetá

O Hospital Frei Galvão comunicou oficialmente o fechamento do Pronto Socorro Materno Infantil em Guaratinguetá. O comunicado, feito por volta das 22h de quarta-feira (3), indicava o encerramento das atividades logo na manhã seguinte. O PS Infantil é referência para atendimentos públicos no município.

Por nota, a administração do hospital informou que a decisão foi tomada após desacordo com o Município. "O Hospital e Maternidade Frei Galvão informa que em função de não ter sido possível a formalização da continuidade dos serviços referentes ao Pronto Socorro Materno Infantil para com o Município, encerrará as atividades a partir das 7h do dia 4 de agosto".

O hospital indicou ainda que orienta os pacientes para que procurem os serviços referenciados pela secretaria de Saúde de Guaratinguetá. A assistência a casos mais graves teria continuidade até as 12h. "Em se tratando de emergências, garantirá assistência até as 12h do dia referenciado".

A decisão do Hospital Frei Galvão foi tomada praticamente uma semana após o Pronto Socorro Adulto deixar o complexo hospitalar da unidade. Com a inauguração da UPA (Unidade de Pronto Atendimento), que concentrará os casos de urgência e emergência do município, o Hospital Frei Galvão permaneceu com atendimentos apenas no PS Infantil. A UPA será administrada pela Santa Casa. O Pronto Socorro Adulto tinha como administrador o Hospital Frei Galvão.

A Prefeitura de Guaratinguetá foi procurada pelo Jornal Atos e informou que uma equipe da secretaria de Saúde do município está no hospital garantido os atendimentos aos pacientes, desde o início da manhã desta quarta-feira. A administração municipal informou ainda que não houve desassistência, já que os profissionais municipais estão na unidade, prestando atendimento às crianças.

Ainda de acordo com a Prefeitura, todas as medidas e providências estão sendo tomadas em esferas jurídicas para que não haja a interrupção do atendimento materno e infantil.

Foto: Reprodução

Teste com resultado negativo para Covid-19; Piquete após realização de evento comemora o não aumento de casos da doença da cidade

Lorena reajusta salários e benefícios dos agentes de Saúde

Da Redação Lorena

Dando continuidade ao plano de reforço do setor da Saúde na zona rural de Cruzeiro, a Prefeitura reinaugurou, no último fim de semana, a USF (Unidade de Saúde da Família) do bairro Brejetuba. O aparelho público foi o quarto reformado pelo Executivo neste ano na região rural.

Contando com as presenças do prefeito Thales Gabriel Fonseca (PSD) e do vice-presidente da Câmara, Diego Miranda (PSD), a cerimônia de reabertura da USF do Brejetuba foi realizada na manhã da última sexta-feira (29).

Iniciada em abril, a reforma foi promovida através de um investimento municipal de R$ 89 mil. Além da modernização de salas e consultórios, o serviço consistiu na substituição dos sistemas elétrico e hidráulico do prédio, nova pintura interna e externa, melhorias nos banheiros e implantação de novo mobiliário.

Em nota oficial, a secretaria de Saúde ressaltou que a unidade passou a contar com uma estrutura ainda mais adequada para oferecer diversos serviços às famílias do bairro rural, como: consultas médicas e de enfermagem, curativos, acompanhamento de gestantes e de recém-nascidos, vacinação e distribuição de remédios, preservativos e contraceptivos.

A reinauguração da USF do Brejetuba foi a quarta realizada pelo Executivo na área rural em um intervalo de apenas 77 dias. Reformadas através de um investimento municipal de R$ 197 mil, as unidades de Saúde dos bairros Várzea Alegre, Entre Rios e Embaú Mirim foram reabertas entre 12 de maio e 15 de julho.

Fonseca avaliou como bem-sucedido o andamento da execução do plano de reforço da estrutura do setor da Saúde na zona rural. "Nada como fechar a semana com mais uma USF sendo entregue em nossa tão querida zona rural. Nossa meta é que a gente possa cada vez mais, qualificar e oferecer um atendimento humanizado e de qualidade aos nossos moradores. É bom lembrar que em breve será reinaugurado o posto do bairro Passa Vinte".

Viabilizada através de um investimento municipal de R$ 89 mil, a reforma da USF do Passa Vinte, última do pacote que abrange a zona rural, tem previsão para ser concluída até o fim de agosto.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-08
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro de Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12) 3522-9571 - Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R. Dr. Castro Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha
Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

Com vagas até domingo, Projeto Guri reúne histórias e oportunidades na região

Programa tem últimos dias para inscrição em cursos gratuitos de música na RMVale; participantes contam suas passagens com mudanças de vida e sonhos realizados por meio da ação

Teste com resultado negativo para Covid-19; Piquete após realização de evento comemora o não aumento de casos da doença da cidade

■ Jessica Alves
RMVale

O programa de educação e inclusão sociocultural Projeto Guri, que oferece atividades gratuitas de música destinadas a crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, está com inscrições abertas até o próximo domingo (31). Ao todo, 1.376 vagas foram disponibilizas em vinte cidades da RMVale (Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte).

Integrando em uma mesma sala crianças e adolescentes de diferentes idades, gêneros e condições sociais, econômicas e físicas, o projeto também trabalha a igualdade de acesso entre os que sonham aprender a tocar algum instrumento, seguir uma carreira profissional ou simplesmente buscam conforto e propósito. "Além de me ocupar no dia a dia, eu aprendo algo que gosto muito. Me sinto como uma pessoa importante para o grupo e sempre tento dar o meu melhor para assim incentivar outros alunos do Guri", contou Brenda Rayssa, que faz parte do Grupo de Referência do coral em Lorena.

"Muitas crianças que eu vejo estão conhecendo coisas novas. Elas ficam encantadas com aquilo, sentem vontade de se aprofundar e começar a tocar em lugares", completou Rayssa.

Além do ensino musical, o projeto promove o acompanhamento social com o fortalecimento de vínculos familiares e da criação de redes de apoio no município, como sociedades socioeducativas e o 'fazer musical coletivo'. Com essas premissas, o projeto Guri já mudou a realidade de muitos jovens, como contou a Carol Rosa, coordenadora do polo Guri Lorena. "Assim que iniciei meu cargo na cidade, tive meu carro roubado por um jovem. Eu e minha família encontramos o carro, o jovem e sua família. Ele havia perdido o pai, sua mãe tinha de deixar os cinco filhos em casa para sustentá-los com salário mínimo", lembrou. "Encaminhei o caso deles para o Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e fiz um acordo com o jovem e sua mãe, de que se ele fizesse parte como aluno do Projeto Guri, não haveria um boletim de ocorrência e ele receberia uma segunda chance. Hoje ele tem 18 anos, é jovem aprendiz e toca teclado na igreja".

Desde sua fundação em 1995, o Projeto Guri já atendeu em torno de um milhão de crianças e adolescentes em seus 384 polos de ensino no estado de São Paulo.

O impacto positivo de suas ações na sociedade cultiva nos envolvidos uma visão mais positiva sobre a realidade, como pontua Carol. "Mesmo sabendo de todas as dificuldades que a falta, muitas vezes de investimento, de visibilidade da cultura e dos projetos musicais traz; ainda assim vale a pena, se não tivermos crença no bem que fazemos, nada mais vale a pena".

Entre os cursos oferecidos pelo projeto estão as aulas de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, teclado, piano, coral, iniciação musical, percussão, violão, clarinete, flauta transversal, saxofone, eufônio, trombone, trompete, oficina de tecnologia musical.

Para se inscrever não é necessário ter experiência, conhecimento prévio, nem instrumento próprio, pois serão fornecidos aos participantes. As matriculas devem ser feitas de forma presencial nos polos do projeto, apresentando uma cópia do RG ou certidão de nascimento do aluno, RG do responsável, comprovante de matricula escolar simples e comprovante de endereço.

Oportunidades nas cidades da RMVale – São 661 vagas foram disponibilizadas em 11 polos de ensino dos municípios da RMVale, entre eles Lorena (68), Aparecida (46), Areias (35), Cachoeira Paulista (72), Caraguatatuba (88), Guaratinguetá (160), Ilhabela (47), Pindamonhangaba (23), Piquete (9), Silveiras (38), Roseira (9) e Ubatuba (16).

SINCOMERCIO
SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE LORENA
Rua Dr. Azevedo de Castro, 254 Tel.: (12)3301-5686
www.sincomerciolorena.com.br scvlorena@fecomercio.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, convoca todos os integrantes da categoria econômica por ela representada, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de agosto de 2022, às 10 horas, em sua sede social, nesta cidade, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1) Negociação Coletiva com as entidades representativas da categoria profissional dos comerciários em toda base representada por este sindicato na respectiva data-base;

2) Negociação Coletiva com as entidades representativas das categorias profissionais diferenciadas nas respectivas datas-bases;

3) Negociação Coletiva com a entidade representativa da categoria profissional dos empregados em entidades sindicais do comércio;

4) Outorga de poderes ao Presidente da Entidade para negociar com as categorias profissionais acima elencadas;

5) Discussão e aprovação de contribuição destinada ao custeio das negociações coletivas de trabalho.

6) Discussão e aprovação da contribuição assistencial, prevista na alínea "e", do artigo 513 da CLT, para o custeio do processo negocial e das atividades sindicais.

Não havendo, na hora acima indicada, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia Geral será realizada duas horas após, em segunda convocação, com o *quorum* legal.

Lorena, 05 de agosto de 2022.

Sindicato do Comércio Varejista de Lorena

PREFEITURA DE LAVRINHAS

A Prefeitura Municipal de LAVRINHAS resolve expedir RETIFICAÇÃO ao Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público nº 001/2022. A versão integral do EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES – CONSOLIDADO e EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 1 estará disponível para consulta nos sites www.publiconsult.com.br e www.lavrinhas.sp.gov.br.
Lavrinhas, 04 de agosto de 2022.

JOSÉ BENEDITO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no Art. 26 da Lei no 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO referente ao Processo no 348/2022SUP; 6121/2022GPRO, com fundamento no art. 25, III, da lei supracitada, cujo objeto consiste na contratação do profissional do setor artístico intitulado Ivan Lins, cuja apresentação será realizada na Festa da Padroeira da Cidade, no dia 13 de agosto de 2022.
CONTRATADA: C2 PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI – CNPJ No. 10.668.213/0001-40
DATA DA ASSINATURA: 04/08/2022.

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no Art. 26 da Lei no 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO referente ao Processo no 350/2022SUP; 6121/2022GPRO, com fundamento no art. 25, III, da lei supracitada, cujo objeto consiste na contratação da empresa responsável pela prestação de serviços artísticos do Grupo Requinte, cuja apresentação será realizada na Festa da Padroeira da Cidade, no dia 08 de agosto de 2022. CONTRATADA: SONIA MARIA VIEIRA DOS SANTOS 92971539849 – CNPJ No. 44.268.798/0001-22
DATA DA ASSINATURA: 04/08/2022.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO No 348/2022 SUP –6121/2022 GPRO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação do profissional do setor artístico intitulado Ivan Lins, cuja apresentação será realizada na Festa da Padroeira da Cidade, no dia 13 de agosto de 2022.
CONTRATADA: C2 PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI CNPJ no 10.668.213/0001-40
VALOR TOTAL: R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 04/08/2022

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO No 350/2022 SUP –6121/2022 GPRO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação da empresa responsável pela prestação de serviços artísticos do Grupo Requinte, cuja apresentação será realizada na Festa da Padroeira da Cidade, no dia 08 de agosto de 2022. CONTRATADA: SONIA MARIA VIEIRA DOS SANTOS 92971539849 CNPJ no 44.268.798/0001-22 VALOR TOTAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 04/08/2022.

PREFEITURA DE LORENA
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO ELETRÔNICO No 15/2022 – PROC. 243/2022

O Município de Lorena-SP torna público, considerando os trabalhos realizados para o atendimento da licitação acima referida, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de materiais para sinalização viária do município de Lorena pelo período de 12 (doze) meses, o Sr. Prefeito Municipal HOMOLOGA a ADJUDICAÇÃO dos procedimentos adotados e do objeto as seguintes: EMPRESA 1: MANORT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 07.889.115/0001-28, vencedora dos lotes 01, 02, 06 e 07, no valor total de R$ 249.650,00 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais).
EMPRESA 2: JAIDSON MOREIRA SILVA LTDA EPP, CNPJ: 39.421.287/0001-69, vencedora dos lotes 03, 05 e 09, no valor total de R$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais).
EMPRESA 3: SALE SERVICE INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA, CNPJ: 00.304.942/0001-63, vencedora dos lotes 04 e 08, no valor total de R$ 153.385,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil e Trezentos e Oitenta e Cinco Reais).
EMPRESA 4: J. RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS EIRELI EPP, CNPJ: 34.369.780/0001-63, vencedora do lote 09, no valor total de R$ 38.715,00 (Trinta e Oito Mil e Setecentos e Quinze Reais).

PREFEITURA DE LORENA
ERRATA: EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PROC 349/22 SUP, PROC 6121/22GPRO.

O Município de Lorena-SP torna pública a CORREÇÃO da publicação do Extrato de Contrato Inexigibilidade de Licitação do processo acima referido, onde lê-se: "OBJETO: ", leia-se "OBJETO: Contratação de empresa responsável pela prestação dos serviços artísticos do cantor Sidney Magal, cuja apresentação será realizada na Festa da Padroeira da Cidade, no dia 15 de agosto de 2022". O restante permanece inalterado.

PREFEITURA DE LORENA
Nota Julgamento de Habilitação:Tomada de Preço n°12/2022 - Proc. No 297/2022

O Município de Lorena-SP torna público o julgamento de Habilitação da TOMADA DE PREÇO 12/2022 cujo objeto é a Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA para CONSTRUÇÃO DA CASA DA JUVENTUDE DE LORENA/SP. A Comissão de Licitação, juntamente com o apoio técnico e após análise dos documentos apresentados pelos licitantes para o cumprimento aos requisitos de habilitação do Edital, decide que as empresas OSAKA CONSTRUTO EIRELI, CONSTRUTORA BRASFORT LTDA e MFVALE ENGENHARIA EIRELI EPP foram HABILITADAS e as empresas M.A. INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E USINANAGEM, VITÓRIA & VITÓRIA CONSTRUÇÕES LTDA e MULTISERVICE CONSTRUÇÕES LTDA foram INABILITADAS. Fica aberta o prazo para o cumprimento do disposto no artigo 43, III da Lei 8.666/93. O Processo encontra-se à disposição para vistas dos interessados no Prédio da Prefeitura de Lorena, na Secretaria Municipal de Administração, Sala de Licitações, situada à Avenida Capitão Messias Ribeiro, no 625, Olaria - Lorena - SP. Informações (12) 3185-3000, das 09h00min às 17h00min.

PREFEITURA DE LORENA

TERCEIRO SETOR: EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2022

O município de Lorena/SP, CNPJ nº 47.563.739/0001-75, e a Associação Atlética Ligeirinho de Lorena, CNPJ nº 20.657.304/0001-33, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, celebram o Termo de Fomento 05/2022 que tem como objeto promover a aproximação e a cooperação dos seus membros através da criação e desenvolvimento de atividades ligadas à educação, esporte, cultura, recreação e turismo, além de integrar na sociedade a criança e o adolescente carente por meio do atletismo). Data da assinatura: 14/07/2022.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista
AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO N° 025/2022

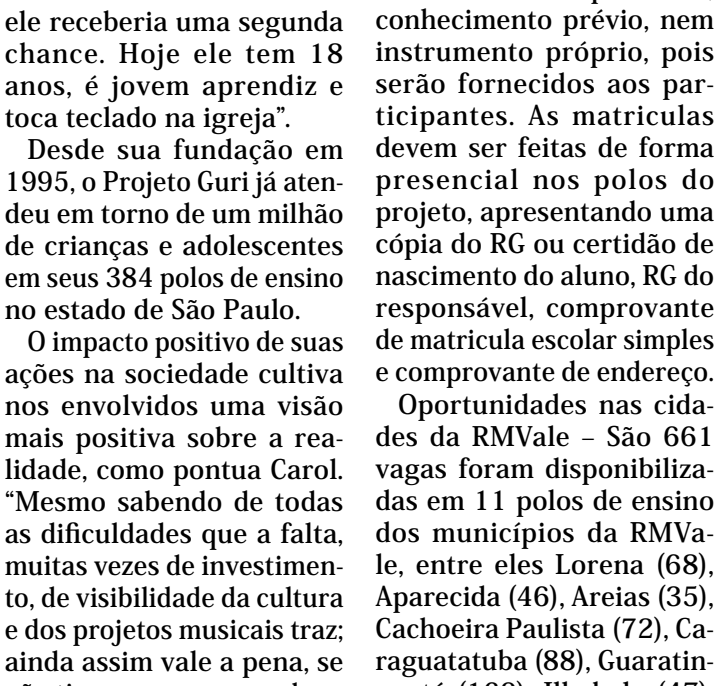
Tendo em vista o que dispõe a legislação vigente, e conforme consta dos autos deste processo, resolvo HOMOLOGAR o Pregão nº 025/2022 na seguinte conformidade:

Itens: 1, 2 e 3 a empresa INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA, CNPJ: 59.309.302/0001-99.

Fica a empresa convocada dentro do prazo de 05 dias para assinatura da Ata de Registro de Preços.

Cachoeira Paulista, 04 de agosto de 2022.

ANTONIO CARLOS MINEIRO
Prefeito Municipal



SGS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LORENA
Lorena - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LORENA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LORENA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

1. A Entidade não possui controle físico do ativo imobilizado, consequentemente não foi possível determinarmos os efeitos de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis.

2. Em 31 de dezembro de 2021 não recebemos respostas de circularização decorrentes de bancos na sua totalidade, consequentemente não foi possível determinarmos os possíveis ajustes nas demonstrações contábeis.

3. Em 31 De dezembro de 2021 o valor de Depósito Judicial não foi possível obter a comprovação do saldo através de extratos da instituição financeira e nossos testes demonstraram fragilidade nos controles. Desta forma, não podemos concluir sobre a veracidade do saldo desta conta contábil e possíveis reflexos nas demonstrações contábeis.

4. Em 31 de dezembro de 2021 a entidade não possui controle financeiro pela totalidade referente aos valores de INSS a recolher, FGTS a recolher, PIS sobre folha, IRRF de salários e terceiros a recolher e as competências em atraso não estão atualizadas monetariamente e dos valores registrados outros passivos registrados circulante e não circulante, consequentemente, não foi possível mensurarmos se os efeitos são relevantes sobre as demonstrações financeiras.

5. A Entidade possui fragilidades nos seus controles internos, que abrangem principalmente a integração dos sistemas. Em decorrência do volume de registros contábeis e da fragilidade, não nos foi possível avaliar os procedimentos da amplitude requerida para estabelecer uma determinação de natureza, extensão e realização oportuna dos testes de auditoria a serem aplicados nos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como, avaliar os possíveis impactos que poderiam advir dessas deficiências das referidas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LORENA** apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião com ressalva em 28 de abril de 2021.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade. Conforme nota nº 2, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresenta passivo a descoberto e deficiência capital giro nos montantes de R$ 35.366.768,81 e de R$ 31.388.317,52, respectivamente. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes decorrentes dessas incertezas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de julho de 2022.

Presley José Godoy
Assinado de forma digital por Presley José Godoy
Dados: 2022.07.20 09:41:30 -03'00'

SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5

SANTA CASA LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em reais)

	Nota	2021	2020
ATIVO		41.490.782,08	36.660.636,33
Circulante		7.131.449,73	5.374.369,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	706.289,80	330.850,70
Caixa		8.111,54	1.048,24
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição		0,00	3.508,06
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição		328.733,19	31.337,94
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		3.493,96	3.600,39
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		365.951,11	291.356,07
Créditos a Receber		5.445.331,52	4.002.932,81
Atendimentos Realizados	5	3.882.817,70	2.102.361,85
Adiantamentos a Empregados		14.528,23	5.749,81
Adiantamentos a Fornecedores	6	996.429,25	1.398.689,99
Tributos a Recuperar	7	75.227,12	73.663,99
Outros Créditos a Receber		476.129,22	422.467,17
Despesas Antecipadas		0,00	0,00
Estoques		979.828,41	1.040.586,13
Almoxarifado / Material de Expediente	8	979.828,41	1.040.586,13
Não Circulante		34.359.332,35	31.306.266,69
Realizável a Longo Prazo		1.973.306,29	1.941.884,94
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	1.973.306,29	1.941.884,94
Outros créditos a receber		0,00	0,00
Investimentos		490.542,52	546.035,48
Outros investimentos	10	39.542,47	93.942,47
Investimentos Permanentes	11	451.000,05	452.093,01
Imobilizado	12	31.895.483,54	28.818.346,27
Bens sem Restrição		36.836.377,47	32.413.111,59
Bens com Restrição		5.125.092,89	5.125.092,89
(-) Depreciação Acumulada		(10.065.986,82)	(8.719.858,21)
Intangível	13	0,00	0,00
Direitos de Uso de Softwares		3.883,50	3.883,50
(-) Amortização Acumulada		(3.883,50)	(3.883,50)

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Mario Teixeira da Silva
Provedor

Raphael Ambrózio da Silva
Contador - 1SP292963/O-0

	Nota	2021	2020
PASSIVO		41.490.782,08	36.660.636,33
Circulante		38.519.767,25	32.006.604,12
Fornecedores de bens e serviços	14	11.341.582,06	8.343.592,54
Obrigações com Empregados	15	6.216.429,14	5.801.362,44
Encargos sociais a recolher	16	6.453.287,33	5.624.146,81
Obrigações Tributárias	17	4.726.177,55	3.618.945,47
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	1.276.328,33	1.731.673,44
Obrigações diversas a pagar	18	4.632.705,62	2.755.891,91
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar	20	3.873.247,22	4.130.991,51
Não Circulante		38.337.783,64	29.066.522,32
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	18.826.755,00	9.605.319,51
Contingências	21	2.960.672,95	3.692.921,45
Parcelamento de tributos e contribuições	22	14.441.488,63	13.279.557,81
Outras obrigações	23	2.108.867,06	2.508.723,55
Patrimônio Líquido	24	(35.366.768,81)	(24.412.490,11)
Patrimônio Social		(29.930.437,97)	(28.135.783,87)
Outras Reservas			
Ajustes de Avaliação Patrimonial		5.517.947,86	5.765.205,94
Superávit ou Déficit Acumulado		(10.954.278,70)	(2.041.932,18)

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Mario Teixeira da Silva
Provedor

Raphael Ambrózio da Silva
Contador - 1SP292963/O-0

	Nota	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS	26	71.333.711,10	65.544.684,34
Com Restrição		56.565.440,21	56.191.493,26
Programa (Atividades) de Saúde		21.962.050,10	27.541.459,42
Receitas de Serviços Prestados SUS		29.619.492,63	26.950.459,21
Isenção Cota Patronal		5.553.713,62	4.663.549,13
Trabalho Voluntário		16.036,44	20.945,52
Rendimentos Financeiros	27	14.147,42	11.099,98
Sem Restrição		14.768.270,89	9.353.191,08
Receitas de Serviços Prestados		11.672.185,69	7.387.104,19
Contribuições e Doações Voluntárias		2.436.209,09	494.425,60
Ganhos na Venda de Bens		-	851.041,16
Rendimentos Financeiros	27	477,10	216,60
Outras Receitas financeiras	27	467.237,52	429.665,07
Outros Recursos Recebidos		192.141,49	190.738,46
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(30.143.980,27)	(28.573.126,01)
Com Programas (Atividades)			
Saúde		(24.574.230,21)	(23.888.631,38)
Isenção Cota Patronal		(5.553.713,62)	(4.663.549,13)
Trabalho Voluntário		(16.036,44)	(20.945,52)
RESULTADO BRUTO		41.189.730,83	36.971.558,33
DESPESAS OPERACIONAIS		(52.144.009,53)	(39.013.490,51)
Administrativas		(50.970.870,14)	(37.835.120,98)
Salários		(25.060.551,33)	(19.218.922,28)
Encargos Sociais		(1.819.374,46)	(1.258.851,65)
Impostos e Taxas		(297.468,95)	(227.296,83)
Serviços Gerais		(3.960.329,02)	(2.898.074,47)
Despesas de Localização e Funcionamento	28	(14.594.165,74)	(10.643.413,34)
Depreciação e Amortização		(1.347.221,57)	(1.196.253,69)
Perdas Diversas			
Despesas Financeiras	27	(3.892.159,07)	(2.232.310,36)
Outras despesas/receitas operacionais		(1.173.839,39)	(1.380.369,53)
SUPERÁVIT/DEFICIT DO PERÍODO		(10.954.278,70)	(2.041.932,18)

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Mario Teixeira da Silva
Provedor

Raphael Ambrózio da Silva
Contador - 1SP292963/O-0

	Patrimônio Social	Resultado do exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(23.208.093,24)	(5.124.362,58)	5.481.660,51	(4.899.203,58)	(27.751.198,37)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	257.711,65		(716.474,57)	257.711,65	(458.762,92)
Transações de Patrimônio com a Entidade:					
Déficit de 2019 incorporado ao patrimônio social	(5.124.362,58)	5.124.362,58			-
Total das Transações de Patrimônio com a Entidade	(5.124.362,58)	5.124.362,58			-
Déficit do exercício findo em 31/12/2020	-	(2.041.932,18)	-	(2.041.932,18)	(2.041.932,18)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(28.135.783,87)	(2.041.932,18)	5.765.205,94	(6.641.492,93)	(28.793.130,29)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	247.258,06		(247.258,06)	247.258,06	-
Transações de Patrimônio com a Entidade:					
Déficit de 2020 incorporado ao patrimônio social	(2.041.932,18)	2.041.932,18			-
Total das Transações de Patrimônio com a Entidade	(2.041.932,18)	2.041.932,18			-
Déficit do exercício findo em 31/12/2021	-	(10.954.278,70)	-	(10.954.278,70)	(10.954.278,70)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	(29.930.437,97)	(10.954.278,70)	5.517.947,86	(16.707.020,63)	(41.373.789,481)

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Mario Teixeira da Silva
Provedor

Raphael Ambrózio da Silva
Contador - 1SP292963/O-0

Método Indireto	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(10.954.278,70)	(2.041.932,18)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	1.347.221,57	1.196.253,69
(+) Depreciação Imóveis Destinados a Renda	-	-
(+) Amortização	-	-
(+) Perda de Variação Cambial	-	-
(+) Ajuste de Imobilizado (Nota 12)	-	120.174,95
(+) Baixa de Bens do Imobilizado	-	2.725,86
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	(851.041,16)
(-) Constituição / (reversão) de provisões	(732.248,50)	393.095,37
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	(10.339.305,63)	(1.190.723,47)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes e Realizável a Longo Prazo		
Atendimentos Realizados	(1.780.455,85)	(283.631,41)
Adiantamentos a Empregados	(8.778,42)	384,59
Adiantamentos a Fornecedores	402.260,74	(1.170.150,62)
Tributos a Recuperar	(1.563,13)	(1.224,13)
Outros Créditos a Receber	(53.662,05)	93.978,29
Despesas Antecipadas	-	4.022,58
Estoques	60.757,72	(466.227,41)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(31.421,35)	(445.797,96)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes e Não circulante		
Fornecedores de bens e serviços	2.997.989,52	(476.507,00)
Obrigações com Empregados	415.066,70	645.239,91
Encargos sociais a recolher	829.120,52	1.563.488,97
Obrigações Tributárias	1.107.232,08	610.851,07
Obrigações diversas a pagar	1.876.813,71	(1.083.395,74)
Subvenções e Assistências Governamentais	(257.744,29)	1.958.377,42
Parcelamento de tributos e contribuições	1.161.930,82	823.113,39
Outras obrigações	(399.856,49)	2.381.889,01
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(4.021.835,40)	2.959.687,89
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	54.400,00	7.102,58
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(4.423.265,88)	(3.817.086,77)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(4.368.865,88)	(3.809.984,19)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos	21.344.894,00	8.482.737,00
Juros Incorridos	906.325,40	1.333.355,58
Pagamentos de Empréstimos / Amortizações	(13.485.079,02)	(8.939.802,05)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	8.766.140,38	876.290,53
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	375.439,10	25.994,23
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	330.850,70	304.856,47
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	706.289,80	330.850,70
(=) Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	375.439,10	25.994,23

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Mario Teixeira da Silva
Provedor

Raphael Ambrózio da Silva
Contador - 1SP292963/O-0

LORENA
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

1 - Contexto Operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, fundada em 1º de dezembro de 1.867, é uma entidade civil de direito privado, do tipo associação, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, assistencial e filantrópico, composta de número ilimitado de irmãos e declarada de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 62.171, de 25/01/1968. Atualmente se encontra em processo de renovação de seu registro no Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde - DCEBAS. É uma Organização Social da Área da Saúde - OSS, conforme DOE nº. 39 de 28/02/2009, página 4 – Seção 1. A entidade tem por finalidade prestar assistência à saúde, servir de campo de instrução para estudantes da área da saúde, proporcionar educação e orientação sanitária à comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, além de desenvolver atividades na área de saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas e cursos, franqueando-os a quem de direito os procurar. Para reversão dos prejuízos acumulados a entidade está em busca de credenciamento de novos serviços de alta complexidade junto ao SUS e buscará também a acreditação ao ONA.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as NBC's – Normas Brasileiras de Contabilidade, e em observação as Normas específicas do CFC – Conselho Federal de Contabilidade notadamente pelos pressupostos de diretrizes básicas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, conforme estabelecidos a partir de 2012 pela Resolução CFC nº. 1409/12 NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresenta passivo a descoberto e deficiência de capital de giro nos montantes de R$ 35.366.768,81 e de R$ 31.388.317,52, respectivamente. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes decorrentes dessas incertezas.

3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, sendo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou contratação. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos instrumentos financeiros da entidade, representados principalmente por disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores, equivalem ao seu valor de mercado. A entidade não se utiliza instrumentos financeiros em operações de troca de índices (SWAP) ou que envolvam operações na modalidade de Derivativos de Riscos.

c) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes por Atendimentos Realizados a Conveniados são avaliadas pelo montante original do fornecimento de serviços, medicamentos e materiais, dedurido o ajuste para créditos de difícil realização. Tal ajuste é constituído com base em análise individual de recuperação dos créditos e quando existe alguma evidência objetiva de que a entidade poderá não ser capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dessas contas a receber, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes da não realização desses créditos.

d) Estoques

Os gastos com aquisição de materiais são controlados em estoque pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição ou o valor líquido de realização.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado encontra-se demonstrado pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultante do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10, que trata da aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, fundamentado em avaliações efetuadas por avaliadores independentes.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registradas como outras receitas / despesas operacionais.

As realizações em conformidade com os encargos de depreciações ou baixas eventuais são consideradas como outros resultados abrangentes e transferidos / incorporados ao Patrimônio Social.

f) Demais Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para a determinação de valores adequados a serem registrados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação destas, razão pela qual a administração revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Estimativas e premissas são utilizadas na seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, para a constituição de provisão para o eventual risco de não realização de suas contas a receber, assim como na análise dos demais riscos para a determinação de outras provisões, inclusive para os passivos contingentes e outros similares, além da avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.
Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes.

g) Empréstimos e Financiamentos

Os valores foram atualizados pelo índice de correção monetária e taxa de juros, nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os encargos incorridos até a data do balanço. Compostos, principalmente, por contratos visando à captação de recursos para capital de giro.

h) Férias e 13º Salário a Pagar e Respectivos Encargos

As provisões de férias e de 13º salário são constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.

i) Redução do valor recuperável dos ativos – CPC 01

Visa a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo, por uso nas operações da entidade ou para sua eventual venda. A entidade não julgou necessário teste de *impairmer* e, portanto, não houve apuração de perdas por desvalorização a serem reconhecidas em suas demonstrações contábeis.

j) Imunidades Tributárias

A entidade está enquadrada como entidade de Assistência Social sem Fins Lucrativos, o que lhe permite imunidade de tributos e contribuições federais, tais como Aporte Patronal do INSS, PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), além de tributos municipais (ISS e IPTU).

k) Gratuidades, Doações, Subvenções e Assistências Sociais.

Estão demonstradas conforme dispostos na lei. O registro contábil de tais operações estão sendo realizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

l) Certificação CEBAS

A Portaria **nº 495** de 28 de abril de 2021, referente ao Processo **nº 25000.189643/2012-91**, defere a Concessão do CEBAS pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação, entretanto o hospital mantém um processo sobre a Renovação do Certificado de Filantropia sob o nº **25000.025122/2010-10** onde se encontra em andamento após recursos interpostos por esta entidade. Sua última movimentação no Ministério da Saúde foi em 23/03/2021 recebido pela unidade DAPO (Divisão de Atos e Publicações Oficiais). Em resposta do MS/DEPARTAMENTO DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SAÚDE nosso hospital está amparado pela legislação e gozo de todos os benefícios concedidos.

m) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências e obrigações legais são efetuadas de acordo com critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

n) Apuração do resultado do exercício

O resultado das operações da entidade é apurado de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados, bem como os custos e as despesas são reconhecidas no resultado em função de sua realização.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	8.111,54	1.048,24
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	-	3.508,06
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	328.733,19	31.337,94
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	3.493,96	3.600,39
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição	365.951,11	291.356,07
Total	**706.289,80**	**330.850,70**

5 - Atendimentos Realizados

	2021	2020
Unimed de Lorena	327.358,96	327.358,96
SUS – sistema AIH	824.117,46	959.104,56
Bradesco Saúde S.A.	184.999,24	76.584,79
Irm.S.C.M.São José Campos	104.890,53	55.155,10
Sul América Seguro Saúde	647.412,26	261.455,35
Cabesp	1.204,05	132.567,09
C.A.S.	1.336.800,50	134.755,83
Particulares	369.080,03	338.194,27
SUS – sistema ambulatório	179.769,62	190.874,04
Intermedica	302.755,69	58.215,39
Amil Assistência Méd. Intern. Ltda	75.169,00	82.895,45
Outros Convênios	230.861,45	205.930,67
(-) Perda Estimada p/ Créd. Liq Duvidosa	(701.599,09)	(700.709,65)
Total	**3.882.817,70**	**2.102.361,85**

A Santa Casa de Lorena adota o procedimento de constituir ajuste com perda estimada para cobrir eventuais riscos de créditos de liquidação duvidosa. Tal ajuste é constituído com base em análise individual de recuperação dos créditos e quando existe alguma evidência objetiva de que a entidade poderá não ser capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber é realizado o estorno da provisão. O saldo da conta (-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa está representado, principalmente, por créditos a receber referente à Unimed Lorena (46,66) e Particulares (52,61).

6 - Adiantamentos a Fornecedores

O saldo está representado por valores cedidos a diversos fornecedores, acumulados até o exercício de 2021, decorrentes de repasse de valores objetivando a aquisição de materiais para consumos e serviços.

7 - Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte	75.227,12	73.663,99
Total	**75.227,12**	**73.663,99**

8 - Almoxarifado / Material de Expediente

	2021	2020
Drogas e medicamentos	428.424,32	449.831,32
Material de consumo hospitalar	226.959,48	268.744,73
Material consumo, limpeza e escritório	70.283,51	52.190,94
Material de consumo geral e outros	51.610,22	72.432,32
Órtese e Prótese	3.648,60	7.441,20
Estoques em poder de terceiros (1)	164.271,64	155.314,98
Material de terceiros em nosso poder (2)	34.630,64	34.630,64
Total	**979.828,41**	**1.040.586,13**

A Santa Casa de Lorena controla seus estoques pelo custo médio, procurando atuar com estoques mínimos e firmando compromissos com seus fornecedores, a fim de permitir rápida reposição e minimizar investimentos com tais ativos.

(1) O saldo de estoques em poder de terceiros, refere-se a materiais e medicamentos que a Santa Casa de Lorena empresta aos hospitais da região.

(2) Os estoques de terceiros em poder da Santa Casa representam os materiais que são mantidos em consignação por fornecedores de alguns tipos de materiais, conforme prática usual de mercado. Em contrapartida, tais valores são registrados no passivo circulante em conta de mesmo nome, conforme demonstrado na Nota 14. Tais materiais somente são faturados pelos fornecedores quando de sua utilização.

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

9 - Depósitos Judiciais e Fiscais

Representam os valores depositados judicialmente, referentes a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, estando assim distribuído:

	2021	2020
Trabalhistas	890.561,53	881.240,90
Outros depósitos judiciais	1.082.742,76	1.060.644,04
Total	**1.973.306,29**	**1.941.884,94**

10 - Outros Investimentos

Durante o exercício de 2012, a Santa Casa, associou-se a uma cooperativa de crédito – UNICRED VALE DO PARAÍBA, para que haja sua admissão no quadro social, comprometeu-se a subscrição de R$ 5.430,00, do Capital Social da cooperativa, e se comprometeu a efetuar a subscrição e integralização no valor equivalente a 30 quotas no início das atividades operacionais e mais 180 parcelas mensais no mesmo valor, sendo permitida antecipações. Em 30/03/2020 foi realizado a Devolução do Capital Coop. Ativo e finalizando essa associação.

Durante o exercício de 2014, a Santa Casa, associou-se a uma cooperativa de crédito – CCILA VANGUARDA DA REGIÃO DAS CATARATAS DO IGUAÇU E VALE DO PARAÍBA – Sicredi Vanguarda PR/SP, para que haja sua admissão no quadro social, comprometeu-se a subscrição de R$ 17.000,00 do Capital Social da cooperativa, e se comprometeu a efetuar a subscrição e integralização no valor equivalente a quota única no início das atividades operacionais, sendo permitida antecipações. Em 31/12/2020 o saldo estava acumulado no montante de R$ 39.542,47.

Durante o exercício de 2018, a Santa Casa, realizou uma capitalização junto a CAIXA CAPITALIZAÇÃO S/A, banco CEF, em títulos no montante de R$ 54.400,00, no prazo de 36 meses. Em 18/01/2021 foi realizando o resgate antecipado.

11 - Propriedades para Investimento

Representado pelos imóveis destinados à renda, estando composto conforme abaixo:

	2021	2020
Terreno – Farmácia e Fisioterapia da Unimed	189.642,00	189.642,00
Terreno – Rua Major Rodrigo Luiz	154.071,00	154.071,00
Terreno – Casa das Irmãs	82.228,00	82.228,00
Galpão – Rua Major Rodrigo Luiz	38.612,75	38.612,75
Depreciação acumulada	(13.553,70)	(12.460,74)
Total de Investimentos	**452.000,05**	**452.093,01**

12 - Imobilizado

Descrição	2021 Vida Útil (em anos)	Custo	(-) Deprec. Acumulada	Total Líquido	2020 Total
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares					
Terrenos	-	2.440.770,00	0,00	2.440.770,00	2.440.770,00
Edifício Sede	30 a 40	10.969.923,70	-2.993.011,30	7.976.912,60	8.222.676,69
Benfeitorias	30 a 40	7.522.974,27	-1.165.925,17	6.357.049,10	4.086.114,96
Maquinários e Equipamentos					
Máquinas e Equipam. – hospitalares	5 a 15	9.339.064,12	-3.399.471,64	5.939.592,48	3.738.683,41
Máquinas e Equipam. – não hospitalares	5 a 15	1.054.453,84	-489.409,24	565.044,60	528.832,92
Informática					
Equipam. de Informática – não hospitalar	2 a 6	948.020,92	-727.073,22	220.947,70	300.024,54
Móveis e Utensílios					
Móveis e Utensílios – hospitalares	5 a 15	961.100,77	-612.979,42	348.121,35	402.620,38
Móveis e Utensílios – não hospitalares	5 a 15	946.170,34	-678.117,03	268.053,31	285.382,40
			0,00		
Total de Imobilizado		**34.182.477,96**	**-10.065.986,82**	**24.116.491,14**	**20.014.105,20**
Imobilizações em Andamento	-	7.778.992,40	0,00	7.778.992,40	8.804.241,07
Total de Imobilizado		**41.961.470,36**	**-10.065.986,82**	**31.895.483,54**	**28.818.346,27**

A evolução ocorrida às contas de imobilizado em 2021 foi a seguinte:

Evolução do Custo de Aquisição:	Saldo em 31/12/2020	Entradas do período	Saídas do período	Reclassificação	Saldo em 31/12/2021
Imóveis Uso Próprio – hospitalares					
Terrenos	2.440.770,00	0,00	0,00	0,00	2.440.770,00
Edifício Sede	10.969.923,70	0,00	0,00	0,00	10.969.923,70
Benfeitorias	5.040.398,65	1.447.334,95	0,00	1.035.240,67	7.522.974,27
Imóveis de Uso Próprio – Não hospital.					
Edificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maquinários e Equipamentos					
Máq.e Equipam. – hospitalares	6.513.206,39	2.825.857,73	0,00	0,00	9.339.064,12
Máq.e Equip. – ñ hospitalares	966.581,56	87.872,28	0,00	0,00	1.054.453,84
Informática					
Equip.de Inform. – ñ hospitalar	934.199,92	13.821,00	0,00	0,00	948.020,92
Móveis e Utensílios					
Móveis Utensílios – hospitalares	950.190,13	10.910,64	0,00	0,00	961.100,77
Móveis Utensílios – ñ hospitalares	908.701,06	37.469,28	0,00	0,00	946.170,34
Veículos					
Veículo – ñ hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total	**28.723.963,41**	**4.423.265,88**	**0,00**	**1.035.240,67**	**34.182.477,96**
Imobilizações em Andamento	8.804.241,07	0,00	0,00	-1.035.240,67	7.778.992,40
Total	**37.528.204,48**	**4.423.265,88**	**0,00**	**0,00**	**41.961.470,36**

A evolução ocorrida à conta de Depreciação em 2021 foi a seguinte:

(-) Depreciações Acumuladas:	Saldo em 31/12/2020	Entradas do período	Saídas do período	Saldo em 31/12/2021
Imóveis Uso Próprio – hospitalares				
Edifício Sede	-2.747.247,01	-245.764,09	0,00	-2.993.011,10
Benfeitorias	-964.275,69	-201.649,48	0,00	-1.165.925,17
Maquinários e Equipamentos				
Máq.e Equipam. – hospitalares	-2.774.522,98	-624.948,66	0,00	-3.399.471,64
Máq.e Equip. – ñ hospitalares	-437.748,74	-51.660,50	0,00	-489.409,24
Informática				
Equip.de Inform. – ñ hospitalar	-625.175,38	-101.897,84	0,00	-727.073,22
Móveis e Utensílios				
Móveis Utensílios – hospitalares	-547.569,75	-65.409,67	0,00	-612.979,42
Móveis Utensílios – ñ hospitalares	-623.318,66	-54.798,37	0,00	-678.117,03
Veículos				
Veículo – ñ hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**-8.441.015,89**	**-1.346.128,61**	**0,00**	**-10.065.986,82**

13 - Ativo Intangível

	2021	2020
Custo de aquisição (sistema telefonia)	3.883,50	3.883,50
(-) Amortização	(3.883,50)	(3.883,50)
	-	-

14 - Fornecedores de bens e serviços

	2021	2020
Fornecedores de bens	4.346.078,86	2.934.248,66
Fornecedores de serviços	5.828.957,80	4.742.147,04
Renegociação Dívidas Fornecedores	1.003.680,53	519.845,72
Materiais de terceiros a serem devolvidos	34.630,64	34.630,64
Empréstimos de materiais recebidos	128.214,23	112.720,48
	11.341.562,06	**8.343.592,54**

15 - Obrigações com Empregados

	2021	2020
Salários a Pagar	1.164.944,84	1.122.601,50
Rescisões Trabalhistas	224.033,51	240.515,71
Pensão Alimentícia a Pagar	4.789,92	4.967,32
Férias a Pagar	2.184.518,10	2.039.008,15
Vale Alimentação Funcionários	2.638.142,77	2.394.269,76
Total	**6.216.429,14**	**5.801.362,44**

16 - Encargos Sociais a Recolher

	2021	2020
INSS a Recolher	506.403,72	845.037,90
FGTS a Recolher	4.796.292,01	3.727.758,84
PIS a Recolher – Folha de pagamento	102.510,46	108.626,87
Contrib. Mensalidade Sindical Recolher	530.005,72	435.072,69
IOF – Imposto s/ Operações Financeiras	518.255,42	507.650,51
Total	**6.453.267,33**	**5.624.146,81**

17 - Obrigações tributárias

	2021	2020
IRRF Terceiros	85.125,74	90.006,37
ISS Retido	362.040,25	305.996,67
IRRF Funcionários	252.472,35	140.465,00
Parcelamento de Tributos (1)	3.757.491,97	2.805.318,86
Outras Contribuições a Pagar	269.047,24	277.158,57
Total	**4.726.177,55**	**3.618.945,47**

(1) Saldo referente à parcela de curto prazo dos parcelamentos de FGTS, PRT, PERT, Débitos inscritos em Dívida Ativa, Débitos não Previdenciários e INSS, conforme detalhamento contido na nota 19.

18 - Obrigações Diversas a Pagar

	2021	2020
Acordos Trabalhistas a Pagar	346.379,58	658.868,93
Acordo Sindicato a Pagar (1)	779.328,81	779.328,81
Honorários a Pagar (2)	200.694,20	200.694,20
Acordos Diversos	11.630,16	136.140,23
Adiantamento de Faturamento – CAS (3)	2.583.292,16	173.729,27
Provisão de Serviços Médicos a repassar	710.302,29	515.574,12
Provisão de Serviços Terceiros a repassar	-	291.556,35
Saldo Bancário Negativo	1.078,42	-
Total	**4.632.705,62**	**2.755.891,91**

(1) Os acordos com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde - São José dos Campos, são referentes a Hora Ficta no valor de R$ 240.000,00 em 24 parcelas, Férias no valor de R$ 482.725,03 e Cesta básica no valor de R$ 131.603,78.

(2) Trata-se da provisão de honorários médicos do mês de dezembro/15 e outros valores a serem repassados referente à produção SUS, Convênios e Pronto Socorro.

(3) São os adiantamentos de fatura recebidos do Plano de Saúde C.A.S. (Contrato de Atendimento a Saúde).

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

19 - Empréstimos e Financiamentos a Pagar

	2021 Circulante	2021 Não Circulante	2020 Circulante	2020 Não Circulante
BNDES Automático Saúde (1)	-	-	1.123.377,30	2.238.895,28
(-) Encargos a Incorrer	-	-	(220.983,91)	(207.956,13)
Caixa Econômica Federal (2)	3.409.011,36	28.976.596,56	1.758.964,35	11.655.526,85
(-) Encargos a Incorrer	(2.132.633,03)	(10.149.841,56)	(929.684,30)	(4.080.646,49)
Empréstimos e Financiamentos	**1.276.378,33**	**18.826.755,00**	**1.731.673,44**	**9.605.319,51**

(1) Financiamento junto ao BNDES, em março de 2014, também com a finalidade de capital de giro e reestruturação financeira. Este, com taxa de juros de 0,2466% ao mês, devendo ser pago em 119 parcelas de valor variável sendo a primeira parcela de R$ 128.148,08 e a última de 73.403,99, com amortização iniciada em maio de 2014 (empréstimo quitado em 24.06.2021).

(2) a - Crédito Bancário junto ao Banco Caixa Econômica Federal, em 23 de junho de 2021, com a finalidade de Caixa Hospitais. Este, com taxa de juros efetiva de 0,91 ao mês, devendo ser pago em 114 parcelas no valor de R$ 284.084,28 com amortização iniciada em fevereiro de 2022 e 6 meses de carência no valor de R$ 182.938,51.

20 - Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar

	2021	2020
Subvenção a Realizar	25.224,98	35.547,80
Auxílio a Realizar (1)	3.848.022,24	4.095.443,71
Total	**3.873.247,22**	**4.130.991,51**

(1) Tal valor representa parcela recebida, subtraído das receitas já reconhecidas no resultado referentes a Subvenções e Assistências Governamentais da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, Governo Federal através do Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Lorena, para investimento na reforma das instalações hospitalares da entidade e aquisição de equipamentos.

21 - Contingências - Longo Prazo

Em decorrência da avaliação de nossos consultores jurídicos considerarem como provável o risco de perdas em alguns processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento, foram revistas as Contingências para cobrir efeitos relevantes de desfecho desfavorável destes processos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Contingências está assim composto:

	2021	2020
Contingência Trabalhista	1.095.406,59	2.151.388,85
Contingência Cível	1.865.266,36	1.541.532,60
Total	**2.960.672,65**	**3.692.921,45**

Os valores contabilizados não exaurem a totalidade das contingências representadas pelos consultores jurídicos da entidade. Além dos processos que resultaram na constituição das provisões acima, a entidade está incursa em processos de naturezas trabalhista, tributária e cível e outros em andamento, os quais vêm sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, sendo que, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. A administração da entidade interpôs defesa contratais processos, sendo que, para alguns destes, os consultores jurídicos da entidade, patrocinadores da defesa, classificaram o prognóstico das probabilidades como sendo de "possíveis" perdas nas questões. Dentro desta linha, e com base no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos - CPC, que norteiam as diretrizes técnicas para estas situações e, ainda, tendo como base a opinião dos consultores jurídicos, a administração optou pela não constituição de provisão de contingências para cobertura face aos eventuais riscos de insucesso nas defesas de tais processos.

A administração da entidade adota o procedimento de revisar periodicamente as provisões para contingências, a fim de melhor refletir contabilmente as eventuais perdas decorrentes desses processos, sempre amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os processos em andamento também de natureza civil e trabalhistas, cujos patrocinadores da defesa classificaram o prognóstico da probabilidade de "possível" perda, totaliza o montante de respectivamente de R$ 1.680.121,69 e R$ 3.367,79.

22 - Parcelamento de Tributos e Contribuições

	2021	2020
Parcelamentos FGTS – Mantenedora	3.175.487,13	3.928.872,87
Parcelamento Simplificado Previdenciário	2.523.010,64	1.094.622,20
PRT – Programa Regularização Trib.	485.642,12	537.865,25
PERT – Programa Especial Regul.Trib.	2.975.778,16	3.385.535,84
Parcelamento Simp. Não Previdenciário	2.113.814,33	1.449.450,18
Parcelamento Prefeitura M. Lorena	280.238,72	196.860,35
Parcelamento PGFN Transação Demais Débitos	2.173.605,85	1.969.831,63
Parcelamento PGFN Previdenciário	-	716.519,49
Parcelamento PGFN Transação Previdenciário	713.911,68	-
Total	**14.441.488,63**	**13.279.557,81**

Em 2017, visando à regularização da situação de impostos retidos e não recolhidos, sem deixar de mencionar a necessidade de melhorar seus índices de liquidez, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena promoveu sua adesão ao PRT Programa de Regularização Tributária (Medida Provisória 766/2017, de 04.01.2017) e ao PERT Programa Especial de Regularização Tributária (Medida Provisória 783/2017, de 31.05.2017, convertida na Lei 13.496/2017), que foi consolidada no âmbito da PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e SRF – Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme recibo de Consolidação dos Parcelamentos emitidos em 10 de maio, 25 maio, 23 de agosto e 18 de dezembro de 2017 e cancelando sua adesão ao REFIS (Medida Provisória 449/2008, de 04.12.2008, convertida na Lei 11.941/2009).

Quanto aos valores de Parcelamentos FGTS, em 2009 a administração negociou o parcelamento de seu débito junto à Caixa Econômica Federal, para o pagamento desse encargo em até 240 meses (Termo de Confirmação de Dívida e Compromisso de Pagamento para o FGTS, autorizado pela Lei 11.345/2006).

23 - Outras Obrigações

	2021	2020
Acordo Trabalhista - L.P.	27.200,00	111.380,00
Acordo Sindicato - L.P.	10.000,00	10.000,00
Renegociação Forn.Subesp - L.P.*	1.125.820,14	1.316.343,55
Renegociação Forn.Angiovale - L.P.*	840.000,00	1.071.000,00
Renegociação Outros Fornecedores	105.846,92	-
Total	**2.108.867,06**	**2.508.723,55**

*Renegociação de dívidas com a Subesp em 19 de fevereiro de 2020 em 99 parcelas e com a Angiovale em 19 de março de 2020 em 70 parcelas.

24 - Patrimônio Líquido

Está representado pelo Patrimônio Social, composto pela incorporação dos superávits / déficits de anos anteriores. Além disso, durante o exercício de 2009, como resultado líquido da contabilização da mais-valia promovida aos bens integrantes do Ativo Imobilizado da entidade, foi realizado um ajuste, diretamente ao Patrimônio Social, no montante de R$ 9.181.354, dos quais já foram realizados até 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 247.258,08, perfazendo ainda um saldo a realizar de R$ 5.517.947,86.

25 - Adequação às Normas Internacionais de Contabilidade

Tendo em vista a necessidade de adequação às Normas Internacionais de Contabilidade, durante o exercício de 2009 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena deu continuidade ao processo de revisão de algumas práticas contábeis que vinha adotando.

Uma dessas práticas envolvia seus bens componentes do Ativo Imobilizado e de Propriedades para Investimento que, devido à inexistência de um controle analítico e de um levantamento físico, impossibilitava à entidade corroborar seus registros contábeis com seus bens físicos. Além disso, era impraticável a identificação do valor de aquisição dos bens e, principalmente, da depreciação acumulada atribuível a cada bem componente de seu Ativo Imobilizado e Propriedades para Investimento. Assim, o controle de seu patrimônio tornou-se uma preocupação premente, haja vista a relevância dos valores registrados em suas demonstrações contábeis.

Em vista disso, durante o exercício de 2009, a entidade contratou empresa especializada para realizar o levantamento completo dos bens do Ativo Imobilizado e Propriedades para Investimento, como também para materializar o valor atribuível a cada bem, principalmente no caso daqueles bens que tiveram seu valor de aquisição perdido no tempo. O trabalho daquelles profissionais resultou em laudos técnicos que contêm a descrição detalhada de todos os bens, como também o valor de mercado e a nova expectativa de vida útil desses.

Tais laudos encontra-se em consonância com a Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e objetivou, entre outros aspectos, a adequação da Santa Casa de Lorena ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e à implantação de um adequado controle patrimonial.

O resultado do trabalho de levantamento patrimonial gerou um ajuste de mais-valia no valor de R$ 9.181.354 ao Ativo Imobilizado e Propriedades para Investimento, registrando contrapartida no Patrimônio Líquido, no título de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Em 2021 o saldo a realizar é de R$ 5.517.947,86.

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, ou seja, o reconhecimento do valor do ajuste dentro do Patrimônio Líquido acontece na mesma proporção da depreciação do valor do Edifício Sede (2,6357%) conforme laudo mencionado nos parágrafos anteriores.

26 - Receita Operacional Bruta

	2021	2020
Com Restrição	**56.565.440,21**	**56.191.493,26**
Programa (Atividades) de Saúde (2)	21.362.050,10	22.545.439,42
Receitas de Serviços Prestados SUS (1)	29.610.492,63	28.950.459,21
Isenção da Cota Patronal	5.553.715,62	4.663.549,13
Receita com trabalhos voluntários (nota 30)	16.036,44	20.945,52
Rendimentos Financeiros	14.147,42	11.099,98
Sem Restrição	**14.768.270,89**	**9.353.191,08**
Receitas de Serviços Prestados	11.672.185,69	7.387.104,39
Contribuições e Doações Voluntárias (3)	2.436.200,09	494.425,60
Ganhos na Venda de bens	-	951.041,36
Receita Financeira	467.734,62	429.881,67
Outros Recursos Recebidos	192.141,49	190.738,46
Total	**71.333.711,10**	**65.544.684,34**

(1) **Receitas de Serviços Prestados SUS**

	2021	2020
Municipal		
I.A.C. (convênio 03/2018)	423.611,25	1.200.187,96
Sub-Total	**423.611,25**	**1.200.187,96**
Federal		
SUS Internação - Produção	12.042.685,09	6.717.904,45
(-) AIH's Excedentes Não Pagas	(6.594.204,44)	(1.186.988,37)
SUS Ambulatório – Produção	3.550.767,46	2.620.330,80
(-) Atendimentos Excedentes Ambulatório	(1.604.901,02)	(556.463,88)
Complementos SUS	1.010.461,09	2.487.035,42
I.A.C.	2.600.803,48	2.600.803,48
Rede Cegonha	949.864,32	949.864,32
IntegraSUS	-	153.476,52
FAEC	-	76.140,00
Incremento MAC (Port.3339/19)	-	265.595,00
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 17)	-	1.168.000,00
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 18)	-	300.000,00
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 19)	-	1.495.610,03
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 20)	-	1.208.000,00
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 21)	-	5.724.127,00
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 22)	-	2.592.000,00
Incremento MAC – Reconhecimento Dívida	-	1.044.756,48
Incremento MAC (cons.04/2016-TA 24)	1.144.825,40	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 01)	3.300.000,00	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 03)	8.640.000,00	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 04)	2.052.000,00	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 05)	650.000,00	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 07)	1.071.000,00	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 08)	262.500,00	-
Incremento MAC (cons.01/2021-TA 09)	30.000,00	-
Sub-Total	**29.195.881,38**	**27.750.271,25**
Total Geral	**29.619.492,63**	**28.950.459,21**

Subvenções e Doações: Durante o exercício de 2021, a entidade recebeu subvenções e auxílios governamentais, além de doações de pessoas físicas e jurídicas, cujos valores, contabilizados em receitas operacionais, estão assim demonstrados:

	2021	2020
Federais		
Projeto EDUCASUS Port.nº 3.518 27/12/11	-	-
Sub-Total	-	-

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Estaduais – Custeio		
Convênio 285/2020 – Pró Santa Casa 2	1.134.004,31	1.133.782,39
Convênio 350/2020 – Sustentável	2.391.623,34	2.173.738,66
Convênio 383/2020 – G.A.R.	-	2.759.728,30
Convênio 1303/2020 – Custeio	-	99.376,93
Convênio 102/2021 – G.A.R.	230.000,00	-
Sub-Total	**3.755.627,65**	**6.166.626,18**
Estaduais – Investimento	317.731,68	1.340.041,68
Federal – Investimento	203.722,83	202.421,76
Municipais	17.084.967,94	14.836.349,80
Pessoas Físicas	11.634,14	9.812,25
Pessoas Jurídicas	2.090.550,77	27.097,96
Doações Diversas	334.024,18	457.515,39
Sub-Total	**20.042.631,54**	**16.873.238,84**
Total Geral	**23.798.259,19**	**23.039.865,02**

De acordo com o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais, a Santa de Casa de Lorena somente registra os valores em resultado, à medida que os gastos forem sendo realizados.

Os valores recebidos para custeio operacional são reconhecidos no resultado como receita no ato do seu recebimento.

Os saldos referentes a subvenções estão compostos e distribuídos conforme quadros a seguir:

QUADRO EVOLUTIVO DA UTILIZAÇÃO DAS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Identificação	Recursos Recebidos	Receitas a realizar	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE SUBVENÇÃO: Custeio	Ativo Depreciável	Ativo Não Depreciável	Adiantamentos Fornecedores	Recursos Não Utilizado	Total
Convênio p/o P.S.	341.623,57	341.623,57	-	253.554,45	88.069,14	-	-	341.623,57
Convênio 105/16	672.500,00	-	672.500,00	-	-	-	-	672.500,00
Convênio 705/16	1.231.900,00	885,56	1.231.014,44	-	-	-	885,56	1.231.900,00
Convênio 285/20	1.268.000,00	213,30	1.267.786,70	-	-	-	213,30	1.268.000,00
Convênio 350/20	4.565.362,00	-	4.565.362,00	-	-	-	-	4.565.362,00
Convênio 383/20	2.760.000,00	275,70	2.759.724,30	-	-	-	275,70	2.760.000,00
Convênio 1303/20	100.000,00	-	99.376,93	-	-	-	623,07	100.000,00
Convênio 102/21	230.000,00	-	230.000,00	-	-	-	-	230.000,00
Termo Aditivo 01/14	100.000,00	-	279.293,38	1.706,62	49.000,02	-	-	100.000,00
Convênio 70/16	6.500.000,00	-	826.025,26	2.189.173,98	2.559.490,22	-	-	6.500.000,00
Convênio 200/21	199.000,00	-	-	-	-	-	-	199.000,00
Convênio 300/21	100.000,00	-	-	-	-	-	-	100.000,00
Portaria MS 3403/18	23.054,42	-	-	-	-	-	-	23.054,42
Convênio 04/09/20	159.500,00	-	130.107,29	3.480,16	26.025,55	-	-	-
Convênio 03/07/18	500.000,00	-	300.868,06	28.699,30	131.043,80	-	903,15	-
Convênio 03/07/18	200.000,00	-	77.018,99	-	122.981,01	-	-	-
Convênio 03/08/18	200.000,00	-	57.102,13	13.850,00	128.230,87	-	794,00	-
Convênio 04/03/18	200.000,00	-	75.850,85	29.871,00	96.348,15	-	2.928,00	-
Convênio 04/04/18	240.852,00	-	72.067,86	25.280,00	152.078,14	-	726,00	-
Convênio 04/07/18	301.585,00	-	98.836,00	-	202.279,00	-	-	-
	21.951.774,99	- 15.210.268,27	1.139.688,89	2.780.246,29	3.128.587,50	-	5.496,32	794.079,72

24

QUADRO EVOLUTIVO DO RECONHECIMENTO DAS RECEITAS DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - NBC TG 07 (R2)

Identificação	Recursos Recebidos	RECURSOS APLICADOS - RECEITAS: Apropriados custeio	Apropriados Ativos Depreciável	Apropriados Ativos Não Depreciável	OUTRAS DESTINAÇÕES - ATIVO: Apropriados Ativos Depreciável	Apropriados Ativos Não Depreciável	Devolução de Recurso não Utilizado	Recurso real a Realizar
Convênio p/o P.S.	341.623,57	-	- 101.173,36	- 88.069,14	- 64.382,08	-	-	-
Convênio 705/16	1.231.900,00	- 1.231.014,44	-	-	-	-	-	885,56
Convênio 285/20	1.268.000,00	- 1.267.786,70	-	-	-	-	-	213,30
Convênio 350/20	4.565.362,00	- 4.565.362,00	-	-	-	-	-	-
Convênio 383/20	2.760.000,00	- 2.759.724,30	-	-	-	-	-	275,70
Convênio 1303/20	100.000,00	- 99.376,93	-	-	-	-	- 623,07	-
Convênio 102/21	230.000,00	- 230.000,00	-	-	-	-	-	-
Termo Aditivo 01/14	100.000,00	-	- 279.293,38	- 1.706,62	- 49.000,02	-	-	-
Convênio 70/16	6.500.000,00	-	- 826.025,26	- 2.189.173,98	- 2.559.490,22	-	-	426.484,74
Convênio 200/21	199.000,00	-	-	-	-	-	-	199.000,00
Convênio 300/21	100.000,00	-	-	-	-	-	-	100.000,00
Portaria MS 3403/18	23.054,42	-	-	-	-	-	-	23.054,42
Convênio 04/09/20	159.500,00	-	- 130.107,29	- 3.480,16	- 26.025,55	-	-	-
Convênio 03/07/18	500.000,00	-	- 300.868,06	- 28.699,30	- 131.043,80	-	- 903,15	-
Convênio 03/07/18	200.000,00	-	- 77.018,99	-	- 122.981,01	-	-	-
Convênio 03/08/18	200.000,00	-	- 57.102,13	- 13.850,00	- 128.230,87	-	- 794,00	-
Convênio 04/03/18	200.000,00	-	- 75.850,85	- 29.871,00	- 96.348,15	-	- 2.928,00	-
Convênio 04/04/18	240.852,00	-	- 72.067,86	- 25.280,00	- 152.078,14	-	- 726,00	-
Convênio 04/07/18	301.585,00	-	- 98.836,00	-	- 202.279,00	-	-	-
	21.951.774,99	- 15.210.268,27	- 1.139.688,89	- 2.780.246,29	- 3.128.587,50	-	- 5.496,32	794.079,72

Os saldos apresentados são verificados periodicamente e as receitas reconhecidas de acordo com a legislação vigente (NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais), ou seja, recursos aplicados em ativo imobilizado são levados a resultado de acordo com sua vida útil, os adiantamentos a fornecedores apenas quando da compra efetiva e a diferença mantida em conta própria de aplicação financeira.

Termo Aditivo Reforma Pronto Socorro

Órgão público convenente: Prefeitura Municipal de Lorena
Objeto do Termo Aditivo: Investimento - Equipamentos e Reforma Pronto Socorro
Origem dos Recursos: Municipal no valor de R$ 341.623,57

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (maio/2014)	303.055,92
Valores repassados (agosto/2014)	38.567,65
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**341.623,57**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Municipais:	
- Verba destinada a Investimentos 2014: (6 aportes).	98.175,45
- Verba destinada a Investimentos 2015: (12 aportes).	26.292,48
- Verba destinada a Investimentos 2016: (12 aportes).	25.743,96
- Verba destinada a Investimentos 2017: (12 aportes).	25.743,96
- Verba destinada a Investimentos 2018: (12 aportes).	25.743,96
- Verba destinada a Investimentos 2019: (12 aportes).	25.608,76
- Verba destinada a Investimentos 2020: (12 aportes).	24.966,96
- Verba destinada a Investimentos 2021: (12 aportes).	24.966,96
Ainda não foram aplicados	**64.381,08**

Nota: Remanesceram receitas no montante de R$ 64.381,08 a serem apropriadas em 2022.

Termo Aditivo 705/2016

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Custeio – aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – referente ao Programa Pró Santa Casa 2
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 3.402.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (2017)	987.525,00
Valores repassados (2018)	1.167.075,00
Valores repassados (2019)	1.077.300,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**3.231.900,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
- Verba destinada a Custeio 2017: (10 aportes).	933.690,40
- Verba destinada a Custeio 2018: (11 aportes).	1.082.805,03
- Verba destinada a Custeio 2019: (12 aportes).	1.214.519,01
Ainda não foram aplicados	**885,56**

Nota: Remanesce

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Termo Aditivo 383/2020

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Custeio – aquisição de medicamentos (antibióticos, anti-inflamatório, antiemético, anestésico, soros, corticoide, antialérgico, alcaloide, betabloqueadores, antihipotensivo, materiais hospitalares e contratação de novos prestadores de serviços médicos (ginecologista/obstetra, anestesista e pediatra)
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 2.760.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (2020)	2.760.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**2.760.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
Verba destinada a Custeio 2020: (11 aportes).	2.759.728,30
Ainda não foram aplicados	**271,70**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 271,70 a serem aplicados em 2022.

Termo Aditivo 1303/2020

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Custeio – aquisição de material de limpeza, gêneros alimentícios e EPI's
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 100.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (2020)	100.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**100.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
Verba destinada a Custeio 2020: (03 aportes).	99.376,83
Ainda não foram aplicados	**623,17**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 623,17 a serem aplicados em 2022.

Termo Aditivo 102/2021

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Custeio – aquisição de medicamentos (antibióticos, anti-inflamatório, antiemético, anestésico, soros, corticoide, antialérgico, alcaloide, betabloqueadores, antihipotensivo, materiais hospitalares e contratação de novos prestadores de serviços médicos (ginecologista/obstetra, anestesista, pediatra e serviço de imagem)
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 2.760.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (2021)	230.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**230.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
Verba destinada a Custeio 2021: (1 aporte).	230.000,00
Ainda não foram aplicados	-

Nota: Sem saldo remanescente a ser aplicado em 2022.

Termo Aditivo 01/2014

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Investimento - Aquisição de Equipamentos
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 330.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (junho/2014)	330.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**330.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2014: (1 aporte).	13.942,77
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2015: (12 aportes).	31.269,43
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2016: (12 aportes).	32.861,48
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2017: (12 aportes).	32.826,24
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2018: (12 aportes).	71.571,74
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2019: (12 aportes).	32.826,24
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2020: (12 aportes).	32.826,24
- Verba destinada a aquisição de Equipamentos 2021: (12 aportes).	32.826,24
Ainda não foram aplicados	**49.049,62**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 49.049,62 a serem aplicados em 2022.

Termo Aditivo 073/2016

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Investimento – Investimentos/Obras de Ampliação e Reforma da UTI e áreas da Santa Casa e Aquisição de Equipamentos
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 6.000.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (2016)	2.485.000,00
Valores repassados (2020)	3.515.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**6.000.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
- Verba destinada Investimentos 2016: (6 aportes).	46.774,18
- Verba destinada Investimentos 2017: (12 aportes).	1.579.750,04
- Verba destinada Investimentos 2018: (12 aportes).	105.249,98
- Verba destinada Investimentos 2019: (12 aportes).	99.999,96
- Verba destinada Investimentos 2020: (12 aportes).	1.307.215,44
- Verba destinada Investimentos 2021: (12 aportes).	284.905,44
Ainda não foram aplicados	**2.155.450,22**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 2.155.450,22 a serem aplicados em 2022.

Termo Aditivo 280/2021

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Investimento – Aquisição de Equipamentos
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 199.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (novembro/2021)	199.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**199.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
-	-
Ainda não foram aplicados	**199.000,00**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 199.000,00.

Termo Aditivo 349/2021

Órgão público convenente: Governo do Estado de São Paulo
Objeto do Termo Aditivo: Investimento – Aquisição de Equipamentos
Origem dos Recursos: ESTADUAL no valor de R$ 100.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (dezembro/2021)	100.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**100.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Estaduais:	
-	-
Ainda não foram aplicados	**100.000,00**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 100.000,00.

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Termo Aditivo Timemania/Educasus Portaria 3.487/2018

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo: Custeio
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 23.854,42

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (novembro/2018)	23.854,42
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**23.854,42**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
-	-
Ainda não foram aplicados	23.854,42

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 23.854,42.

Termo Aditivo 84994/2010

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de Autoclave (Aparelho esterilizador)
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 159.598,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (outubro/2012)	159.598,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**159.598,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2013: (3 aportes).	3.989,94
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2014: (12 aportes).	15.959,76
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2015: (12 aportes).	15.959,76
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2016: (12 aportes).	15.959,76
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2017: (12 aportes).	15.959,76
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2018: (12 aportes).	17.607,82
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2019: (12 aportes).	15.612,84
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2020: (12 aportes).	15.612,84
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2021: (12 aportes).	16.913,91
Ainda não foram aplicados	**26.021,61**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 26.021,61

Termo Aditivo 833871/2016
Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de Hematologia e Hemoterapia
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 500.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (dezembro/2016)	500.000,00
Devolução de Recurso não utilizado (janeiro/2018)	(903,15)
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**499.096,85**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de material 2017: (11 aportes).	51.509,02
- Verba destinada a aquisição de material 2018: (12 aportes).	79.001,42
- Verba destinada a aquisição de material 2019: (12 aportes).	86.873,97
- Verba destinada a aquisição de material 2020: (12 aportes).	75.334,32
- Verba destinada a aquisição de material 2021: (12 aportes).	75.334,32
Ainda não foram aplicados	**131.043,80**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 131.043,80

Termo Aditivo 836477/2016

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 200.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (maio/2017)	200.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**200.000,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de materiais 2017: (3 aportes).	2.720,44
- Verba destinada a aquisição de materiais 2018: (12 aportes).	14.148,43
- Verba destinada a aquisição de materiais 2019: (12 aportes).	20.150,04
- Verba destinada a aquisição de materiais 2020: (12 aportes).	20.150,04
- Verba destinada a aquisição de materiais 2021: (12 aportes).	20.150,04
Ainda não foram aplicados	**122.681,01**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 122.681,01

Termo Aditivo 838006/2016

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de hematologia e hemoterapia
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 200.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (julho/2017)	200.000,00
Devolução de Recurso não utilizado (setembro/2018)	(734,00)
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**199.266,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de materiais 2018: (3 aportes).	16.128,23
- Verba destinada a aquisição de materiais 2019: (12 aportes).	17.820,78
- Verba destinada a aquisição de materiais 2020: (12 aportes).	18.541,56
- Verba destinada a aquisição de materiais 2021: (12 aportes).	18.541,56
Ainda não foram aplicados	**128.233,87**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 128.233,87

Termo Aditivo 840351/2016

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de hematologia e hemoterapia
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 200.000,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (julho/2017)	200.000,00
Devolução de Recurso não utilizado (novembro/2018)	(2.420,00)
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**197.580,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de materiais 2018: (3 aportes).	42.777,65
- Verba destinada a aquisição de materiais 2019: (12 aportes).	19.484,40
- Verba destinada a aquisição de materiais 2020: (12 aportes).	19.484,40
- Verba destinada a aquisição de materiais 2021: (12 aportes).	19.484,40
Ainda não foram aplicados	**96.349,15**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 96.349,15

Termo Aditivo 840349/2016

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo:
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 240.852,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (julho/2017)	240.852,00
Devolução de Recurso não utilizado (setembro/2018)	(726,00)
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**240.126,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de materiais 2018: (3 aportes).	19.663,54
- Verba destinada a aquisição de materiais 2019: (12 aportes).	22.595,12
- Verba destinada a aquisição de materiais 2020: (12 aportes).	22.494,60
- Verba destinada a aquisição de materiais 2021: (12 aportes).	22.494,60
Ainda não foram aplicados	**152.878,14**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 152.878,14

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Termo Aditivo 840577/2016

Órgão público convenente: Ministério da Saúde
Objeto do Termo Aditivo:
Origem dos Recursos: FEDERAL no valor de R$ 301.585,00

- DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS:

Valores repassados (março/2018)	301.585,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	**301.585,00**

- DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Categoria ou Finalidade das Despesas:	
Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de materiais 2018: (3 aportes).	6.894,00
- Verba destinada a aquisição de materiais 2019: (12 aportes).	30.804,00
- Verba destinada a aquisição de materiais 2020: (12 aportes).	30.804,00
- Verba destinada a aquisição de materiais 2021: (12 aportes).	30.804,00
Ainda não foram aplicados	**202.279,00**

Nota: Remanesceram recursos no montante de R$ 202.279,00

27 - Receitas e Despesas Financeiras

Receitas financeiras	**2021**	**2020**
Descontos obtidos	386.106,72	99.967,52
Juros s/ aplicação financeira com restrição	14.147,42	11.099,98
Juros s/ aplicação financeira sem restrição	477,10	216,60
Outros juros	81.150,80	329.697,55
Total	**481.882,04**	**440.981,65**

Despesas financeiras	**2021**	**2020**
Juros s/ empréstimos bancários	2.009.196,47	1.304.381,22
Juros s/ pagamentos em atraso	1.624.177,13	1.170.554,86
Devedores Duvidosos	1.658,92	(379.764,76)
Outras despesas financeiras	257.126,55	127.138,74
Total	**3.892.159,07**	**2.222.310,06**

28 - Despesas de Localização e Funcionamento

Descrição da conta	**2021**	**2020**
Água e esgoto	132.494,36	180.282,59
Luz	739.772,28	564.425,43
Limpeza	357.020,93	315.175,12
Drogas e Medicamentos	5.587.711,96	3.784.078,30
Gêneros Alimentícios	767.658,78	542.724,26
Material Consumo Hospitalar	3.330.124,88	2.632.582,02
Próteses	870.984,76	365.827,00
Gases	851.603,50	528.011,09
Material de Expedientes	279.527,23	172.385,80
Telefone	75.699,50	24.063,99
Manutenção e Conserto em Geral	800.232,17	772.190,97
Outras despesas	801.335,39	761.666,47
Total	**14.594.165,74**	**10.643.413,04**

29 - Atendimentos - SUS e Convênios

Durante o exercício de 2.021, de acordo com convênio firmado com Sistema Único de Saúde – SUS foram realizados atendimentos hospitalares e procedimentos ambulatoriais, em quantidade superior a 60% de capacidade instalada da Santa Casa de Lorena.

	2021		**2020**	
Internações (paciente-dia)	Quantidade	%	Quantidade	%
SUS	27.533	89,87 %	30.664	90,74 %
Não SUS	3.104	10,13 %	3.131	9,26 %
Total	**30.637**	**100,00 %**	**33.795**	**100,00 %**

Fonte: Data SUS / Sistema Talwin AIH, CIHA e SIA.

	2021		**2020**	
Ambulatório (procedimentos)	Quantidade	%	Quantidade	%
SUS	446.551	97,48 %	356.915	97,91 %
Convênios	11.529	2,52%	7.604	2,09%
Total	**458.080**	**100,00 %**	**364.519**	**100,00 %**

Fonte: Data SUS / Sistema Talwin AIH, CIHA e SIA.

30 - Imunidade Previdenciária e Fiscal

Os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas até 31 de dezembro de 2021 correspondiam ao montante de R$ 5.553.713,62 (R$ 4.663.549,13 em 2020).

Além da Cota Patronal, durante o exercício de 2021, a entidade gozou, ainda, do benefício de isenção de COFINS, que totalizou R$ 1.971.839 (R$ 1.826.434 em 2020), que não se encontra registrada contabilmente no período.

31 - Trabalho Voluntário

Atendendo à Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela SANTA CASA.
Estes trabalhos são divididos em dois grupos, sendo eles: 1) Diretoria Executiva e 2) Conselho Fiscal.
A Diretoria Executiva é composta por 8 membros sendo: a) Provedor; b) Vice-Provedor; c) 1º Secretário; d) 2º Secretário; e) 1º Tesoureiro; f) 2º Tesoureiro; g) 1º Procurador e h) 2º Procurador. E o Conselho Fiscal é composto por 3 Efetivos.
A quantidade de horas dos trabalhos voluntários de cada grupo foi mensurada pelo critério de "horas presenciais" na sede da SANTA CASA.
Para cada membro, tanto da Diretoria Executiva quanto do Conselho Fiscal foi utilizada uma taxa/ hora, estas taxas foram multiplicadas pelo total de horas do ano. No quadro abaixo seguem informações da quantidade de voluntários, taxa/hora e quantidade de horas total por grupo e por membros da mesa administrativa.

Grupos / Membros:	**Qtde. de Voluntários**	**Valor/ Hora (R$)**	**Total de Horas 2021**	**Total de Horas 2020**
Diretoria Executiva:				
Provedor	1	22,73	144	144
Vice-Provedor	1	22,73	144	144
1º Secretário	1	18,18	72	144
2º Secretário	1	13,64	72	144
1º Tesoureiro	1	18,18	144	144
2º Tesoureiro	0	13,64	72	144
1º Procurador	0	18,18	72	144
2º Procurador	0	13,64	-	-
Conselho Fiscal				
Efetivos	2	13,64	144	144

O saldo da conta em 31 de dezembro está assim composto:

	31.12.2021 R$	**31.12.2020 R$**
Diretoria Executiva:		
Provedor	3.273	3.273
Vice-Provedor	3.273	3.273
1º Secretário	1.309	2.618
2º Secretário	981	1.964
1º Tesoureiro	2.618	2.618
2º Tesoureiro	1.309	2.618
1º Procurador	1.309	2.618
Conselho Fiscal		
Efetivos	1.964	1.964
Total	**16.036**	**20.946**

Todos os cálculos pertinentes ao exercício de 2021 foram feitos mediante planilha de controle detalhado adotada a partir de 01/01/2013, após conhecimento integral da Resolução CFC 1.409/12. O controle detalhado supracitado será contínuo enquanto houver a exigência normativa e/ou legal.

32 - Eventos subsequentes

O Brasil está inserido no contexto da pandemia do novo Corona vírus (COVID-19), sendo que os seus efeitos ainda são incertos.

Neste contexto, a Sociedade informa que possui infraestrutura financeira e tecnológica para realizar suas atividades, está monitorando a propagação do vírus e tomando as medidas necessárias para dar continuidade ao negócio. A Administração da Companhia não exclui a possibilidade de que em um cenário de avanço do vírus, especialmente no Brasil, poderão ser verificados efeitos adversos nos negócios e eventuais impactos contábeis, e seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

33 - Aprovação do conjunto das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena**, e autorizadas para emissão e divulgação em 30 de junho de 2022.

Mario Teixeira da Silva
Provedor

Raphael Ambrósio da Silva
Contador CRC 1SP292963/O-0

LORENA

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, tendo examinado o Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit, Mutações do Patrimônio e Fluxo de Caixa, encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2.021 a 31 de dezembro de 2.021, e demais documentos referentes às transações sociais da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena**, acharam tudo em perfeita ordem e regularidade, e são de PARECER que sejam aprovados pela Assembleia Geral, na reunião ordinária anual as referidas CONTAS E BALANÇO apresentados, pelo que assinam.

Lorena, SP, 30 de junho de 2.0202.

Fábio Alcântara Faria Renó

Maria Inez Vieira